

Observatório da Oposição 2025

6 DE MARÇO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 80

**Sim, Ministro! O governo já
aumentou e criou impostos...
e não foi apenas para quem
não pagava!**



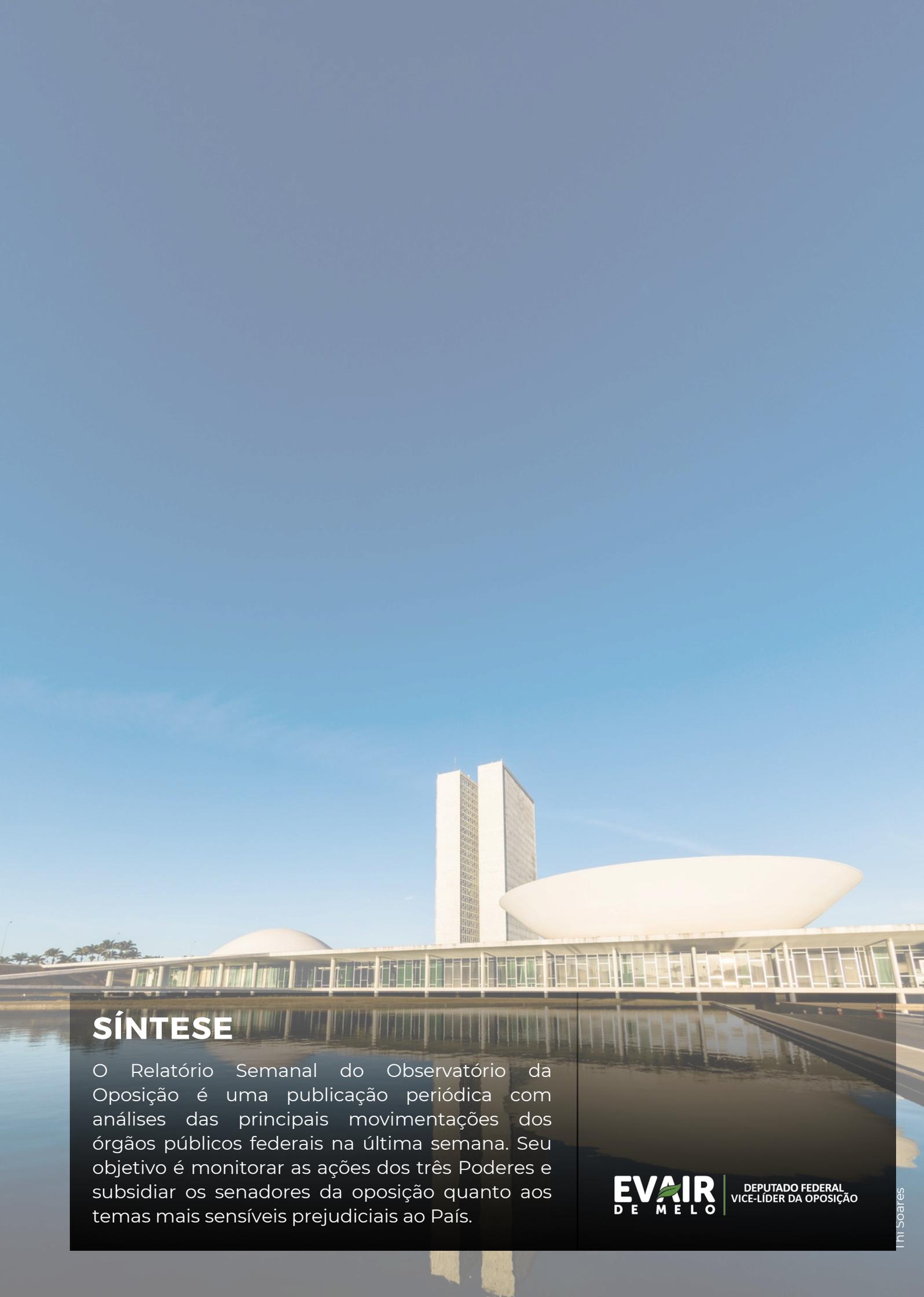
EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221



A wide-angle photograph of the National Congress Building in Brasília, Brazil, featuring the iconic twin towers and the hemispherical Chamber of Deputies. The building is reflected in a pool of water in the foreground. The sky is a clear, bright blue.

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

1

ECONOMIA

Página

Sim, Ministro! O governo já aumentou e criou impostos... e não foi apenas para quem não pagava!

01

Política parafiscal via BNDES reedita economia do governo Dilma

07

2

POLÍTICA

Lula radicaliza e se isola ainda mais ao escolher a extrema-esquerda para a Secretaria de Relações Institucionais

11

3

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Petrobras registra prejuízo e governo ignora impacto da tributação nos combustíveis

15

Ex-deputado petista questiona fiscalização do TCU sobre Fundos de Pensão

20

Correios prevê lançamento de marketplace para competir com gigantes varejistas

26

4

COMUNICAÇÃO

Lula usa comunicação pública para promoção com caráter eleitoral

30

5

AGRO

Plano Safra em risco: Desorganização do governo penaliza produtor rural e ameaça safrinha

35

6

SAÚDE

TCU alerta sobre risco de vazamento de dados no Ministério da Saúde

40

1 ECONOMIA

Sim, Ministro! O governo já aumentou e criou impostos... e não foi apenas para quem não pagava!

O Ministro Haddad repete à exaustão que a gestão atual não criou ou aumentou impostos. Além de inverídico, a fala não convence ninguém.

Pesquisas de opinião recentes têm mostrado a queda da popularidade do governo Lula. Dentre as percepções coletadas, se destaca a sobre a visão da população sobre o aumento da carga tributária. Na última pesquisa Latam Pulse, por exemplo, cerca de 65% dos entrevistados afirmaram sentir o peso dos impostos subir nos últimos anos.



É com surpresa, no entanto, que vemos o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, **repetir** na CEO Conference 2025 que não houve aumento de impostos no Brasil:



*“No ano passado, deve ter chegado a 18,3% [da relação receita/PIB]. **Sem aumento nenhum de carga tributária. Não se criou imposto, não se aumentou alíquota.** Nada. Só se cobrou um pouco de quem não paga. Não tem um economista no país sério que diga que o gasto tributário é exagerado no Brasil”*

Fernando Haddad, ministro da Fazenda.

Não é a primeira vez que o Ministro espalha essa fake news. Na verdade, a fala se tornou recorrente em suas manifestações públicas. Para comprovar a inveracidade dessa afirmação, levantamos diversas medidas que criaram, aumentaram ou alteraram entendimentos para se aumentarem os impostos sobre os brasileiros.

Também lembramos que, como consequência dessas medidas, o governo teve incremento de quase 10% na arrecadação real, o que ocasionou um aumento na carga tributária. Por isso, citamos as principais medidas arrecadatórias feitas até o momento:

1. A retomada da cobrança de Pis/Cofins sobre combustíveis

- Devido ao aumento internacional no preço dos combustíveis, o governo Bolsonaro isentou de impostos federais esses produtos para reduzir o impacto dessa escalada de preços sobre os brasileiros.
- Inicialmente, o governo Lula reiniciou a cobrança provisoriamente para **compensar a medida populista de se baratear veículos novos** por meio de créditos tributários. Há um consenso de que a medida serviu mais para limpar pátios do que para incentivar a produção de veículos novos.
- Em janeiro de 2024, no entanto, **retomou-se de vez a oneração dos combustíveis**. Apesar de Lula culpar “intermediários” pelo preço do combustível, a realidade é que o **Governo Federal, por exemplo, cobra quase 11% do valor da gasolina em impostos**, sem contar os tributos estaduais.

2. A “Taxação das Blusinhas”

- ▶ Outro imposto criado foi justamente a tributação de remessas do exterior abaixo de U\$ 50, após promessa do presidente de que não iria taxar essas compras.
- ▶ Ainda assim, o Governo Federal passou a cobrar 20% de imposto de importação sobre remessas abaixo do valor de U\$ 50 e 60% sobre remessas acima de U\$ 50. A medida ainda incluiu impostos estaduais na conta, encarecendo significativamente as compras dos brasileiros.

3. Os aumentos do Imposto de Importação

- ▶ Diversas mudanças em tributos foram feitas sob o pretexto de “proteger o mercado nacional” ou por iniciativa arrecadatória do governo. Esses foram exemplos claros de aumento de impostos que, por si só, já desmentem as falas do Ministro.
- ▶ O primeiro exemplo é a elevação de imposto de importação sobre carros elétricos e híbridos. Os impostos foram de 10% para 35% em 2026. Atualmente, os impostos estão em 25%.
- ▶ Em total contraste com a estratégia ambiental do governo, aumentou-se o imposto de importação de painéis solares de 9,6% para 25%.
- ▶ Ainda sobre o imposto de importação, decidiu-se **por elevar a tributação de 30 produtos da indústria química** (após Bolsonaro ter reduzido impostos do setor) e de **11 produtos de ferro e aço** (de 10,4% para 14%).

4. Os aumentos do IPI

- ▶ **Aumento de IPI armas de fogo** (de 29,25% para 55%), cartuchos de munições (de 13% para 25%). A medida também aumentou impostos sobre equipamentos como o spray de pimenta.
- ▶ **Aumento de IPI sobre cigarros** (de R\$ 1,50 para R\$ 2,25 por maço e elevação do preço mínimo).

5. O Imposto temporário na exportação de petróleo

- ▶ Em 2023, o governo optou por cobrar 9,2% de imposto de exportação sobre o petróleo, retirando competitividade do país no setor. No período de vigência, arrecadou cerca de R\$ 4,4 bilhões, mas o ato **foi julgado ilegal**.

6. A Taxação de Bets

- ▶ O governo criou uma **tributação sobre as bets** (IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e contribuições típicas do setor) e sobre os prêmios dos ganhadores (15% do prêmio líquido - considerando a tabela do Imposto de Renda).
- ▶ Além da tributação específica, o governo cobrou uma taxa para o cadastro das empresas de R\$ 30 milhões e instituiu uma taxa de fiscalização sobre essas empresas.

7. O Novo DPVAT

- ▶ Apesar de não ser rigorosamente um tributo, **a volta do DPVAT**, sob o nome de SPVAT, previa um aumento de arrecadação sobre os brasileiros.
- ▶ A **medida acabou sendo revogada por pressão** contra a volta da cobrança, que era especialmente mais pesada para motociclistas e entregadores por aplicativo.

8. A tributação das Subvenções de Investimento (MP 1.185/2023)

- ▶ A MP em questão acabou por tributar incentivos tributários dados pelos estados. Esses incentivos permitiam uma redução da base tributável que, conseqüentemente, diminuía a arrecadação da União. No entanto, essa redução era justificada por um aumento nos investimentos.
- ▶ Com a medida, foram endurecidas as regras contábeis e se aumentaram as bases tributáveis, elevando a carga sobre as empresas e reduzindo a efetividade dos benefícios dos estados.

9. A limitação de compensação de benefícios fiscais (MP 1.202/2023)

- ▶ A Medida Provisória 1.202/2023 impôs um teto para a compensação de créditos tributários, que aumentaram em volume após a decisão do STF na chamada “tese do século” (retirada do ICMS da base do PIS/Cofins).
- ▶ Com esse teto, as empresas tiveram retenção de créditos. Ironicamente, apesar de o governo afirmar que a PEC dos precatórios seria um calote, uma das possíveis consequências da MP 1.202/23 é que a limitação dos créditos se transformem em precatórios. Além disso, a lógica é similar a da PEC dos precatórios.
- ▶ Com isso, o governo conseguiu arrecadar mais impostos ao ter menores abatimentos de créditos para as empresas, elevando implicitamente a carga tributária.

10. A tributação de Fundos Exclusivos e Offshores

- ▶ Duas medidas foram centrais para melhorar a situação fiscal de 2024: a taxação das *offshores* e a tributação dos fundos exclusivos, inclusive em seus saldos acumulados.
- ▶ Com essa medida, instituiu-se uma tributação de 15% sobre as *offshores*, com a opção de se atualizar os valores dos ativos no exterior em troca de abatimento no imposto.
- ▶ No caso dos fundos exclusivos, criou-se um come-cotas semestral, mudando o funcionamento desses fundos, que só cobravam impostos no resgate. Com isso, houve redução considerável dos rendimentos dessa modalidade de investimento, além da mudança repentina de regras.

11. A Reoneração gradual da folha de pagamentos

- ▶ Por efeito da [Lei 14.973/2024](#), a folha de pagamentos será reonerada a partir deste ano, com ampliação dos impostos gradualmente até 2027, quando esses tributos alcançarão 20% da folha.
- ▶ Mesmo que não se concorde com a desoneração, não procede a informação de que as empresas beneficiadas pela desoneração não

pagavam impostos. Na realidade, a tributação era feita sobre a receita dessas empresas, o que reduzia o total tributável com a intenção de elevar a quantidade de empregos nos setores.

12. A reversão de decreto que reduzia o AFRMM

- ▶ O governo Bolsonaro reduziu as alíquotas do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) por meio de decreto.
- ▶ Sem respeitar o princípio da anterioridade, um dos primeiros atos da gestão Lula foi revogar esse decreto e restabelecer a cobrança anterior - onerando novamente o setor.

13. O Imposto Mínimo sobre as Multinacionais

- ▶ Outra medida arrecadatória foi o imposto mínimo sobre as multinacionais, cobrado por meio do Adicional de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% sobre as multinacionais.
- ▶ **A regra se aplica para quase 1.000 empresas.** A nova legislação permite a cobrança de um adicional da CSLL até que a empresa chegue ao patamar de 15% de impostos sobre o lucro, elevando os tributos sobre essas empresas.



Política parafiscal via BNDES reedita economia do governo Dilma

Governo Lula tem política de crédito cada vez mais parecida com o governo Dilma. As consequências serão mais dívida pública, maior taxa de juros e desemprego futuro.

Introdução

A partir de 2023, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem desempenhado um papel cada vez mais relevante na execução de políticas parafiscais - que podem alcançar até 1% do PIB, configurando-se como um dos principais instrumentos do governo para estimular o crédito e o investimento fora do orçamento público.

Sob Lula, os desembolsos do banco cresceram assustadoramente: na liberação de créditos para a indústria houve aumento de 293%, para o comércio e serviços, de 122%, e de pequenas e médias empresas, de 92%. Com isso, há uma reversão do processo de saneamento do BNDES iniciad



O problema central desta abordagem não reside apenas na ampliação do crédito em si, mas no modo como essa expansão tem sido conduzida: através de mecanismos que comprometem a transparência, fragilizam as regras fiscais, ampliam a dívida pública e prejudicam a efetividade da política monetária.

Esta análise apresenta uma crítica a esse modelo de atuação do BNDES, destacando suas implicações macroeconômicas, os riscos para a política monetária e fiscal e os desafios para a sustentabilidade das contas públicas.

Contextualização do atual BNDES

Desde 2023, a nova direção do BNDES tem promovido um aumento expressivo na concessão de financiamentos. Dados do Banco Central indicam que o saldo de crédito do banco direcionado às empresas cresceu 8% em 2024, alcançando R\$ 434,7 bilhões. Além disso, a carteira de crédito total acumulada chegou a R\$ 550,3 bilhões, o maior patamar desde 2017.

Esses números evidenciam uma reorientação da política de crédito do banco, que volta a ser um instrumento central do governo para impulsionar o crescimento econômico.

O problema, no entanto, é que essa expansão ocorre **por meio de mecanismos pouco transparentes e sem uma avaliação rigorosa dos impactos fiscais e inflacionários**.

O uso de fundos públicos se tornou padrão nas operações do banco. Fundo Clima, Pré-sal, Marinha Mercante e Fundo Nacional da Aviação Civil são exemplos de fundos que foram para a asa do BNDES.

Além disso, a criação de novos instrumentos financeiros, como a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), levantam preocupações sobre a real extensão do risco fiscal embutido nessas operações, enquanto o governo insiste em afirmar que o impacto ao Tesouro Nacional é zero.

Transparência e o uso de Fundos Públicos

Uma crítica à atual estratégia do governo é o uso crescente de fundos orçamentários para financiar o BNDES sem que essas operações sejam devidamente contabilizadas no orçamento primário. Como já dito, fundos como o do Pré-Sal, do Clima, da Marinha Mercante e da Aviação Civil têm sido utilizados para reforçar o caixa do banco, evitando que essas despesas

sejam registradas devidamente como gastos primários do governo. Essa prática, além de fragilizar o arcabouço fiscal, reduz a transparência da execução orçamentária.

As operações parafiscais do governo já somam cerca de 1% do PIB, incluindo aportes via fundos e mecanismos de desorçamentação. Além disso, há evidências de que o governo tem recorrido a medidas contábeis questionáveis, como a contabilização de receitas extraordinárias – caso dos saques de fundos privados pelo Tesouro – para inflar artificialmente o resultado fiscal.

Essas estratégias criam uma falsa percepção de disciplina fiscal, enquanto, na prática, a dívida pública segue em trajetória ascendente.

Dívida e Juros

A ampliação da atuação do BNDES tem consequências diretas sobre a trajetória da dívida pública. O financiamento de crédito subsidiado gera uma transferência implícita de recursos do Tesouro para os tomadores de empréstimos, aumentando o custo da dívida sem que esse subsídio seja explicitado no orçamento. **Esse modelo, sobretudo com o crescente aumento de recursos ao BNDES, compromete a sustentabilidade fiscal no médio e longo prazo, ao mesmo tempo que reduz a eficácia da política monetária.**

Vamos relembrar a discussão sobre a reforma tributária. Na discussão da reforma, ficou claro que uma redução de alíquota para um setor faria com que a alíquota geral do IVA subisse para todos os outros. Algo similar ocorre com o crédito direcionado: quanto maior a parcela de crédito direcionado ou subsidiado - o regime beneficiado -, maior tem que ser a Selic - a alíquota geral - para balancear a política monetária do país. A meia entrada do crédito ultrapassa os 40% do total de crédito do país, enquanto outros países tendem **a ter percentual abaixo de 5%.**

O principal desafio do Banco Central é conter a inflação em um ambiente de estímulo creditício exacerbado e de gasto público descontrolado. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 4,83% em 2024, superando o teto da meta de inflação de 4,5%. Fevereiro já registra aumento de 1,23% da prévia do IPCA, enquanto vemos bens básicos como o café registrarem altas atrás de altas.

Com a economia já sobreaquecida, o aumento do crédito via BNDES cria pressões adicionais sobre os preços, forçando o Banco Central a manter uma postura ainda mais restritiva na definição da taxa Selic. Isso gera um paradoxo: enquanto o governo busca impulsionar o crédito, a política monetária precisa ser mais rigorosa para conter seus efeitos inflacionários, resultando em um custo elevado para o financiamento privado e para a dívida pública.

Adicionalmente, a estratégia do BNDES de retomar um patamar de desembolsos equivalente a 2% do PIB, conforme indicado por declarações do presidente da instituição, Aloizio Mercadante, pode intensificar os problemas fiscais e monetários.

O próprio histórico do banco entre 2010 e 2015 fala por si. A política de crédito agressiva da época resultou em um aumento expressivo da dívida pública e colapso da economia - e é por esse caminho que estamos rumando.



2

POLÍTICA

Lula radicaliza e se isola ainda mais ao escolher a extrema-esquerda para a Secretaria de Relações Institucionais

A nomeação de Gleisi Hoffmann contribui para a deterioração do governo de Lula, que dobra a aposta no populismo irresponsável.

Análise

- A escolha de Gleisi Hoffmann para articulação política confirma a radicalização de Lula, que, em meio à impopularidade e à fragilidade do governo, prioriza a ideologia em vez do pragmatismo necessário para governar, nomeando deputada da extrema-esquerda para a Secretaria de Relações Institucionais, cargo que exige habilidades de negociação e mediação política para articular as ações entre o Executivo e o Legislativo.



- Nesse contexto, sob a ótica do Legislativo, revela-se aqui o primeiro grande erro de Lula: Gleisi, fervorosa crítica e contumaz do "Centrão", agora se vê obrigada a negociar com os esses caciques que controlam cerca de 40% do Congresso. Além disso, terá que lidar com partidos que, segundo a deputada, pertencem à "direita fascista", como o PSDB.



"Centrão não! Essa é a direita política do país! Tem a cara do governo Temer, de onde saiu: homens brancos ricos. A outra é a direita fascista, criada pelo ódio do PSDB".

Gleisi Hoffmann, [na plataforma X](#).

Ironicamente, Alckmin (figura central da crítica) migrou para o PSB e se tornou vice-presidente na chapa de Lula.



"Mentira! Nossa decisão é contra alianças com PSDB, DEM e partidos da extrema direita. Impressionante como a mídia quer criar confusão e jogar contra o PT. A quem interessa isso?!"

Gleisi Hoffmann, [na plataforma X](#).

DEM se fundiu com o PSL para formar o União Brasil, partido da base governista que conta com [três ministérios](#) no Governo Lula 3.



"Centrão quer impor ao próximo presidente da República esquema do orçamento secreto que libera pagamento de emenda sem transparência ou critérios técnicos. É o fim da picada quererem manter essa vergonha. Não vamos compactuar com isso seja como oposição ou como governo".

Gleisi Hoffmann, [na plataforma X](#).

Em 2024, o Governo Lula bateu [recorde no pagamento de emendas parlamentares, R\\$ 30 bilhões](#).

- No jogo da política, o desprezo de ontem se transforma no obstáculo de amanhã, e as reações do Congresso à nomeação de Gleisi demonstram que Lula, revive os piores momentos do governo Dilma.

‘É inacreditável, nem se a oposição pudesse fazer um cenário tão trágico para o governo eu conseguiria imaginar uma loucura dessa’.

Dirigente de um dos partidos do Centrão, registro da [revista Veja](#).



**UNIÃO
BRASIL**

‘Está todo mundo sem acreditar. O presidente está fazendo tudo para ser pior do que Dilma’.

Parlamentar do partido União Brasil, registro da [revista Veja](#).

- Vale lembrar que seu antecessor, Alexandre Padilha, já enfrentava resistência entre os parlamentares, sendo visto como incompetente tanto pela base governista quanto, [publicamente pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados](#). Mas Hoffmann conseguiu ir além da decepção deixada por Padilha, renunciando um ostracismo ainda maior do governo Lula 3.
- Sob a ótica do Executivo, Hoffmann também se distingue por desentendimentos e conflitos com titulares de pastas ministeriais, notadamente por suas críticas acerbas à gestão econômica da Fazenda.
- A dissensão entre Gleisi e Haddad evidencia a desarticulação do governo, que se vê constrangido diante da hostilidade manifesta da presidente do partido governista às diretrizes econômicas e fiscais da Fazenda. Em nota oficial, a legenda qualificou as medidas, de modo irônico, como um “[austericídio fiscal](#)”, revelando o embaraço na condução da política econômica.
- [Mas a ofensiva contra o governo não parou por aí e não se ateve ao ministro Haddad](#). Em 2023, o ataque terrorista do Hamas em Israel gerou divisões no governo. Vários ministros da base condenaram o grupo, enquanto o PT, presidido por Hoffmann, deliberou por se omitir diante do crime hediondo. Em 2024, dirigiu censura pública a Alexandre Padilha (atual ministro da Saúde), após este criticar o desempenho do PT nas eleições municipais de 2024.

- Lembremos também que Hoffmann foi mencionada em [investigações da Operação Lava Jato durante o governo de Dilma Rousseff](#), com imputações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Em 2016, foi [aberta ação penal](#) contra ela e seu ex-marido, Paulo Bernardo. Na lista de codinomes das propinas pagas pelas empreiteiras, ela foi identificada como ["Coxa" e "Amante"](#).
- Ora, se Gleisi Hoffmann não se destaca pela habilidade em articulações nem com o Legislativo, nem com o próprio Executivo, o que podemos esperar à frente da Secretaria de Relações Institucionais? A quimera de uma “frente ampla pela democracia”?
- Não, nos últimos anos, o radicalismo de Gleisi Hoffmann se tornou cada vez mais evidente, com movimentos claros para agradar à militância. [No auge dessa guinada à extrema esquerda](#), durante o 23.º encontro do Foro de São Paulo, na Nicarágua, ela celebrou o centenário da Revolução Russa, exaltou Che Guevara como "guerrilheiro heróico" e expressou apoio à ditadura de Nicolás Maduro, na Venezuela, e ao Partido Comunista de Cuba. Esses gestos consolidam alianças com regimes e símbolos do autoritarismo.
- Desse modo, a nomeação de Gleisi Hoffmann escancara a escolha de Lula pela radicalização, enterrando de vez a ilusão de uma frente ampla que não se concretizou - e, muito provavelmente, não existirá. A democracia assenta-se na primazia do diálogo e da racionalidade, valores progressivamente erodidos no cerne da extrema esquerda petista.

“Nunca interrompa seu inimigo, quando ele estiver cometendo um erro”. Padrão PT

Senador Rogério Marinho (PL/RN), [na plataforma X](#).



“Só pode haver um motivo pra guinada de Lula na ultrapetização do governo, ao invés de ampliar sua base: Lula desistiu do Brasil, dos mais pobres, do povo e quer se eternizar como bottom e camiseta, tipo Che e Fidel. Entre presidir e ser bottom, escolheu ser bottom e camiseta.”

Senador Ciro Nogueira (PP/PI), [na plataforma X](#).



3

TRANSPARÊNCIA E
GOVERNANÇA

Petrobras registra prejuízo e governo ignora impacto da tributação nos combustíveis

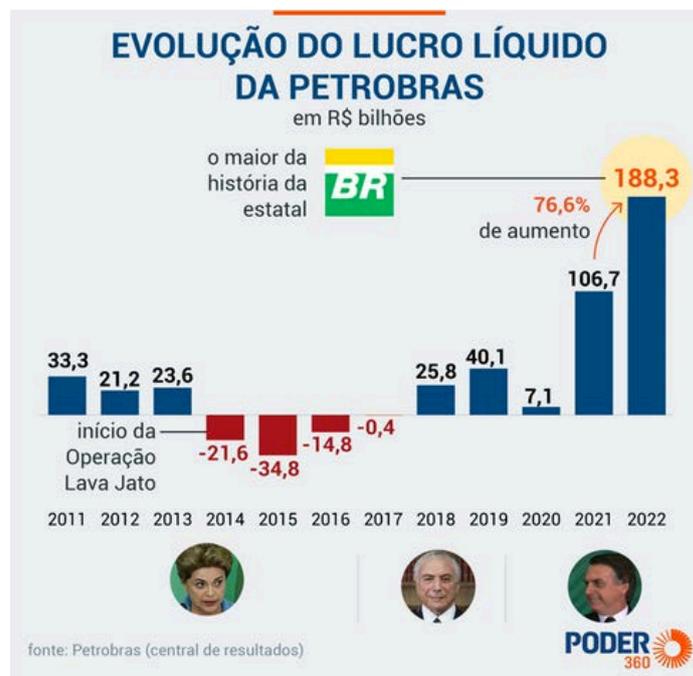
A Petrobras teve prejuízo de R\$ 17,04 bilhões no último trimestre de 2024, com queda de 70,6% no lucro anual e aumento da dívida. Enquanto isso, Lula culpa os "intermediários" pelos altos preços dos combustíveis, desconsiderando o impacto da tributação.

Análise

- A gestão petista na Petrobras mais uma vez demonstra sua incapacidade de administrar a maior estatal do país de forma eficiente.
- Após anos de lucros robustos, a companhia amargou um [prejuízo bilionário no último trimestre de 2024](#), acompanhado de uma queda drástica no lucro anual, aumento da dívida e redução da geração de caixa.



- A justificativa oficial atribui o resultado à valorização do dólar e aos investimentos antecipados, mas não há como ignorar os reflexos de decisões estratégicas questionáveis e da interferência política na empresa.
- A realidade é que a Petrobras, como outras estatais sob comando do PT, segue um caminho preocupante de deterioração financeira, colocando em risco sua competitividade e a rentabilidade para acionistas e para o país. Veja abaixo a síntese dos principais pontos:
 - Prejuízo significativo no 4º trimestre: A estatal registrou um prejuízo de R\$ 17,04 bilhões no último trimestre de 2024, revertendo o lucro de R\$ 31 bilhões no mesmo período de 2023.
 - Queda expressiva do lucro anual: O lucro líquido da Petrobras caiu 70,6% em relação a 2023, fechando 2024 com R\$ 36,6 bilhões, comparado aos R\$ 124,6 bilhões do ano anterior.
 - Redução na receita e geração de caixa: A receita de vendas caiu 9,7% no trimestre e 4,1% no ano, enquanto o Ebitda¹ despencou 38,7% no trimestre. O fluxo de caixa recuou 35,7%.
 - Aumento da dívida: O endividamento da Petrobras cresceu 16,9% em relação a 2023, atingindo US\$ 52,2 bilhões (R\$ 301,6 bilhões) ao final de 2024.



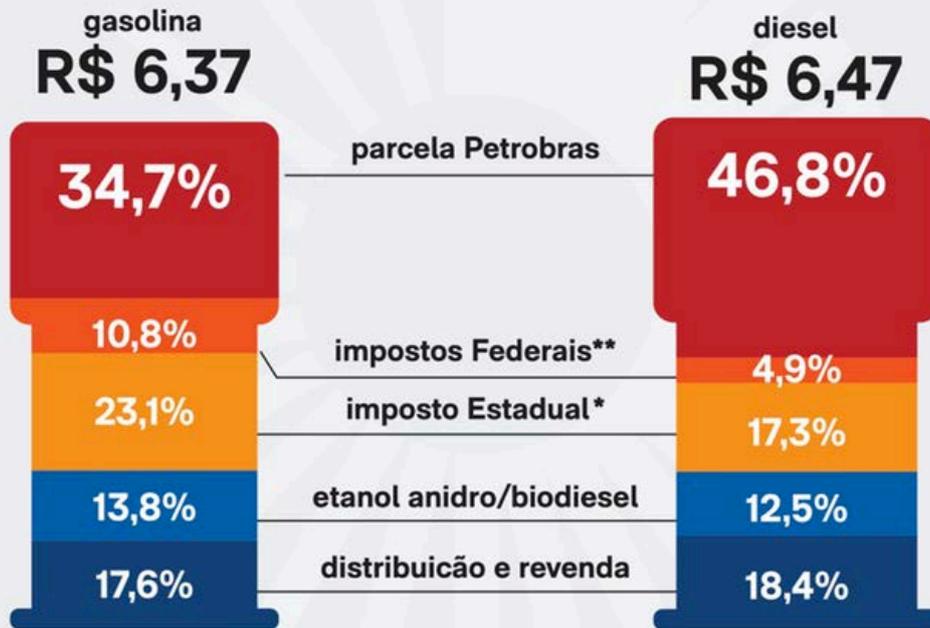
¹ O Ebitda é um indicador que mostra quanto dinheiro a empresa gera com suas operações, sem contar os custos com juros, impostos e outras despesas como depreciação e amortização.

Lula em guerra contra postos e distribuidoras de combustível: presidente acusa “intermediários” pelo alto custo dos combustíveis no Brasil, sem refletir no papel preponderante da carga tributária.

- As recentes declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a comercialização de combustíveis geraram reações no setor. Durante um evento da Petrobras, [Lula afirmou que intermediários elevam os preços ao consumidor e sugeriu que a venda direta de diesel poderia reduzir os custos](#).
- No entanto, representantes do setor de combustíveis argumentam que a principal influência sobre os preços vem da carga tributária, e não da atuação de distribuidores e postos. A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis) destacou que, em janeiro, [os impostos representavam R\\$ 2,05 do preço do litro da gasolina, o que equivale ao dobro da margem combinada entre postos e distribuidoras](#). O sindicato Paranapetro reforçou esse ponto ao afirmar que a tributação é o principal fator que encarece os combustíveis.
- Além disso, a viabilidade da venda direta de combustíveis enfrenta desafios logísticos e regulatórios. Refinarias não possuem infraestrutura para abastecer veículos diretamente, e os combustíveis precisam ser misturados a biocombustíveis antes da comercialização.
- O debate sobre a formação dos preços dos combustíveis segue em aberto, mas os dados apontam que a tributação tem um papel significativo na composição final dos valores pagos pelo consumidor. Assim, é possível concluir que o governo como principal "intermediário", em vez de reconhecer sua responsabilidade, opta por direcionar ataques aos agentes privados, que possuem uma participação proporcionalmente menor. Infelizmente, nada de novo no “Padrão PT”.

ENTENDA A COMPOSIÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS DA PETROBRAS

média dos valores do litro no Brasil durante o período de 9 a 15 de fevereiro de 2025



*ICMS

** PIS/Pasep, Cofins e Cide

fonte: Petrobras, com base em dados da ANP e CEPEA/USP

© Poder360 - 2025 - todos os direitos reservados

19.fev.2025



Em um ano, o lucro despencou 70%. O que acontece com ela afeta diretamente os preços dos combustíveis e a inflação, além de espantar investidores. A Petrobras influencia o mercado, a economia e o bolso do brasileiro.

Senador Marcos Rogério (PL/RO), [na plataforma X](#).

DE LUCRO RECORDE À QUEDA HISTÓRICA Em 2022, sob o governo Bolsonaro, a Petrobras bateu recorde com R\$ 188 bilhões de lucro líquido. Agora, com a nova gestão, o lucro despencou mais de 70%! A interferência política cobra seu preço e, como sempre, quem paga a conta é o povo brasileiro!

Senador Jorge Seif (PL/SC), [na plataforma X](#).





Depois ninguém entende por que a gasolina está tão cara. E, com esse prejuízo, a tendência é piorar ainda mais. Lula está destruindo a Petrobras.

Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), [na plataforma X](#).

Depois do 'está caro, não compra', temos mais uma cena única. Lula diz à Petrobras que deve fazer a venda de forma direta, torna o intermediário o vilão e esquece até dos impostos federais incidentes sobre os combustíveis, além da sua rica contribuição para alta do dólar.

Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), [na plataforma X](#).



Ex-deputado petista questiona fiscalização do TCU sobre Fundos de Pensão

João Paulo Cunha, ex-deputado e atual advogado, atua em ação que busca limitar a fiscalização do TCU sobre os Fundos de Pensão das estatais. O caso envolve, entre outros pontos, a análise de um déficit de R\$ 14 bilhões na Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil.

Análise

- Conforme apurado pelo [Estadão](#), João Paulo Cunha, ex-deputado condenado no escândalo do mensalão e atualmente advogado no setor de previdência complementar, passa a atuar na defesa da Abrapp, entidade que representa os fundos de pensão de estatais, buscando obstruir a fiscalização do TCU sobre esses fundos.
- A tese defendida pelo advogado afirma que a fiscalização do TCU sobre essas entidades configura uma sobrecarga burocrática desnecessária, sob o argumento de que a Previ já dispõe de mecanismos próprios para esse controle.



“A atuação do TCU nesse caso pode levar a uma duplicidade fiscalizatória, comprometendo a eficiência da regulação e gerando desperdício de recursos, além de possíveis entraves operacionais.

Além disso, a interpretação sobre a situação do plano da Previ desconsidera a natureza conjuntural dos déficits, comuns em momentos de instabilidade econômica, mas que não comprometem a sustentabilidade dos fundos no longo prazo”.

Abrapp, em nota.

- A Abrapp argumenta que seus fundos são de natureza privada e, portanto, devem ser poupados da "intromissão" do TCU. A lógica é curiosa: os fundos administram bilhões de reais, parte deles oriundos de empresas estatais, mas quando o assunto é prestação de contas, invoca-se a autonomia como uma forma de blindar as entidades da fiscalização pública.
- A tentativa de blindagem da auditoria sobre o déficit de R\$ 14 bilhões na Previ reflete uma movimentação para reduzir a fiscalização sobre fundos de pensão. Caso a tese da Abrapp prevaleça, haverá enfraquecimento do controle externo, criando um precedente que limita a atuação do TCU e compromete a transparência na gestão desses recursos. Isso aumenta desnecessariamente o risco de má administração e reveses financeiros para aposentados e pensionistas.
- A posição da Abrapp enfrenta resistência dos beneficiários dos planos, que defendem a auditoria do TCU para ampliar a transparência e o controle financeiro da entidade. Isso evidencia a preocupação dos participantes com a governança e a sustentabilidade do fundo, refletindo uma demanda por maior supervisão institucional.

“A auditoria do TCU sempre será bem vinda e é fator de contribuição para melhoria do Segmento de Previdência Complementar Fechada, principalmente num momento em que notícias dão conta de novo aparelhamento dos Fundos de Pensão, potencializando os riscos de novos déficits”.

Trecho do manifesto, encabeçado pelos grupos Fundos de Pensão Unidos, Associação Virtual dos Participantes dos Fundos de Pensão Unidos (AVFPU), Associação Virtual dos Participantes do Fundo de Pensão Petros (AVPP) e Associação Virtual dos Participantes e Assistidos da Previ e Cassi (AAPPREVI).

- Analisando tecnicamente a situação, entendemos que o Tribunal de Contas da União (TCU) tem competência para auditar os fundos de pensão de empresas estatais, conforme estabelece o artigo 70 da Constituição Federal, que atribui ao TCU o controle externo da União e suas entidades da administração indireta. Segundo o parágrafo único, devem também prestar contas a pessoa jurídica privada, que arrecade e administre recursos pelos quais a União responda, o que vem a ser precisamente o caso em tela.

"Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

- Ademais, o artigo 71 da Constituição e o artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 garantem ao TCU a fiscalização contábil, financeira e orçamentária dessas entidades, seja por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e **as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário;**

II - proceder, por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional, de suas Casas ou das respectivas Comissões, à **fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos poderes da União e das demais entidades referidas no inciso anterior.**" (Constituição Federal, Art. 70 e 71; Lei nº 8.443/1992, Art. 1º).

- Lembramos que as entidades fechadas de previdência complementar não são regidas apenas por normas de natureza privada, mas também seguem diretrizes do Ministério da Previdência Social, com foco no interesse público, garantindo a saúde e continuidade do sistema de previdência, que beneficia coletivamente os participantes, e não apenas um segurado individualmente. Isso é evidente nos dispositivos da Lei Complementar 108/2001, que estabelecem o seguinte:

"Art. 1º. A relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas, a que se referem os §§ 3o, 4o, 5o e 6o do art. 202 da Constituição Federal, será disciplinada pelo disposto nesta Lei Complementar.

Art. 2º. As regras e os princípios gerais estabelecidos na Lei Complementar que regula o caput do art. 202 da Constituição Federal aplicam-se às entidades reguladas por esta Lei Complementar, ressalvadas as disposições específicas.

(...)

Art. 4º. Nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, a proposta de instituição de plano de benefícios ou adesão a plano de benefícios em execução será submetida ao órgão fiscalizador, acompanhada de manifestação favorável do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador.

Parágrafo único. As alterações no plano de benefícios que implique elevação da contribuição de patrocinadores serão objeto de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle referido no caput".

- O Supremo Tribunal Federal, por meio do voto do ministro Gilmar Mendes no RMS 38.349, reconheceu a natureza pública das obrigações da Petros, fundo de pensão da Petrobras, destacando a presença de recursos provenientes da participação da União como controladora da Petrobras e principal patrocinadora do fundo.

"É importante enfatizar, ainda, a presença de recursos públicos envolvidos dada a participação da União, como entidade controladora da Petrobras e principal patrocinadora do fundo, como fator apto a legitimar a atuação da Petros, em nome do interesse público de garantir o equilíbrio do sistema previdenciário complementar".

[Voto do ministro Gilmar Mendes](#), RMS 38.349.

- Em linha similar, o STJ, no julgamento AgRg na SLS n. 222/DF, afirmou que a Petros, fundo de pensão vinculado à Petrobras, sociedade de economia mista controlada pela União, administra recursos públicos com a finalidade de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de benefícios, prevenindo sua insolvência no médio e longo prazos. Ressaltou, ainda, que eventuais prejuízos serão suportados pelo erário, caracterizando, de forma inequívoca, o interesse público subjacente a sua gestão.

"Não se pode descurar, também, que a Petros foi constituída pela Petrobras, sociedade de economia mista controlada pela União, a qual é sua principal patrocinadora. Assim, há recursos públicos vertidos para os planos de benefícios que administra, realizando função de tutela de relevante interesse social, que é a garantia do equacionamento do déficit, da solvência, da liquidez e do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tudo para obstar a quebra do plano de benefícios no médio e longo prazos.

Destaque-se que eventual prejuízo sofrido pelos fundos de pensão será suportado pelo erário, o que denota, de forma cristalina, a caracterização do interesse público [...]".

- Diante do sólido respaldo legal e jurisprudencial que autoriza o TCU a auditar fundos de pensão de estatais, considerando a participação de recursos da União e sua responsabilidade em eventuais déficits, uma decisão favorável a Cunha no litígio não apenas limitaria a atuação do órgão de controle, mas também criaria um precedente que fragilizaria a segurança econômica de aposentados e pensionistas.

A tara do pt em roubar o futuro de pensionistas, pensionistos e pensionistes não tem limites! Amigues, deixem os fundos de pensão em paz!

Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), [na plataforma X](#).



O Previ é o maior fundo de previdência da América Latina e foi entregue a Fukunaga, um ex-sindicalista sem experiência no sistema financeiro. Pedido de CPI assinado! Parabens meu colega [@lzalciLucas](#) pela iniciativa. Juntos, vamos apurar a situação. [#CPI](#) [#Previ](#) [#BB](#)

Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), [na plataforma X](#).

Correios prevê lançamento de marketplace para competir com gigantes varejistas

A estatal enfrenta riscos e incertezas ao entrar em um negócio desconhecido, podendo gerar efeitos negativos para a própria empresa e para o mercado logístico brasileiro, o que agravaria a crise instalada.

Análise

- Os Correios [anunciaram o lançamento de um marketplace próprio no primeiro semestre de 2025](#), que concorrerá com gigantes como Amazon, Mercado Livre, Shein, Alibaba e Magalu. Segundo o [presidente da estatal, Fabiano Santos](#), o projeto visa ampliar o acesso da população ao comércio digital e aproveitar a capilaridade da empresa para atrair desde grandes marcas até pequenos empreendedores.



- A plataforma permitirá que vendedores anunciem produtos, com entregas exclusivas pelos Correios, que obterão receita tanto pelas vendas quanto pela distribuição. Apesar da concorrência direta com empresas que atualmente utilizam seus serviços, a estatal acredita ingenuamente que há espaço para crescimento no setor.
- O novo marketplace faz parte da estratégia de diversificação de receitas dos Correios, que já oferecem serviços digitais por meio de um app. Entretanto, desafios como a forte concorrência, infraestrutura tecnológica e burocracia estatal podem impactar o sucesso da iniciativa.
- Não é a primeira vez que o governo anuncia o interesse de posicionar a estatal em novos negócios. Anteriormente, [cogitou-se a substituição do Uber e do Ifood pelos Correios](#), durante as discussões sobre possível mudança na legislação trabalhista para abranger motoristas de aplicativos.

"Posso chamar os Correios, que é uma empresa de logística, e dizer para criar um aplicativo e substituir. Aplicativo se tem aos montes no mercado."

[Ministro Luiz Marinho, Uol.](#)



"E eu provoquei os Correios para que se estudasse e montar um aplicativo para se colocar de forma mais humana para os trabalhadores que desejarem usar o aplicativo dos Correios para poder trabalhar sem a neura do lucro dos capitalistas, que é o caso que acontece com Uber, iFood".

[Ministro Luiz Marinho, em audiência na Câmara dos Deputados.](#)

Veja abaixo alguns dos principais riscos que identificamos na nova diretriz da estatal:

- **Conflito de interesses com marketplaces consolidados (potencial para diminuir receitas):** a presença consolidada de grandes marketplaces como Amazon, Mercado Livre e Magalu no setor logístico pode afetar significativamente a receita dos Correios. Essas empresas, ao enxergarem a estatal como concorrente, podem reduzir ou cessar o uso dos serviços da estatal, resultando em perda de faturamento. Para compensar essa queda, um possível aumento de tarifas tornaria os Correios menos competitivos, potencialmente afastando outros clientes e agravando sua posição no mercado.
- **Impacto negativo no setor logísticos (potencial para diminuir receitas):** a priorização das entregas do marketplace dos Correios pode gerar assimetrias no setor logístico, impactando pequenas e médias empresas que dependem da estatal.
- **Investimento intensivo em tecnologia e capacidade operacional (potencial para aumento de custos):** a criação de um marketplace demanda investimentos significativos em tecnologia, segurança e suporte contínuo, elevando os custos operacionais. A viabilidade depende da adesão de vendedores e consumidores; caso contrário, a operação pode gerar prejuízos recorrentes. Para os Correios, isso representaria risco financeiro, potencialmente exigindo subsídios internos e comprometendo a sustentabilidade da estatal. No limite, a dependência de repasses públicos poderia gerar críticas sobre o uso de recursos estatais em um setor altamente competitivo.
- **Burocracia (potencial para afetar negativamente a competitividade):** os Correios enfrentam desafios para inovar e competir no mercado digital devido à rigidez regulatória, burocracia e possíveis interferências políticas, que elevam custos e atrasam decisões estratégicas. Além disso, restrições nas compras públicas limitam a eficiência e a competitividade da estatal no segmento de marketplace.



Os Correios acumulam bilhões em prejuízo, salários atrasados e um rombo crescente no fundo de pensão dos servidores. E o que o governo está fazendo? Assinei o pedido da CPI dos Correios porque esse descontrole precisa ser investigado. Não vamos aceitar que mais uma estatal seja arruinada pela má gestão. O dinheiro público tem dono e merece respeito.

Senador Marcos Rogério (PL/RO), [na plataforma X](#).

Quem não lembra do que foi a primeira CPI dos Correios, corre no Google. Como na primeira CPI, vamos levantar tudo o que o governo Lula está fazendo na estatal. E se tem desmando em uma delas, com certeza tem em outras!

Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), [na plataforma X](#).



Assinei o requerimento para criação da CPI dos Correios porque precisamos investigar o rombo das contas da instituição, que já chega a R\$3 bilhões. Esse desgoverno afundou o Correios.

Senador Jorge Seif (PL/SC), [na plataforma X](#).

4 COMUNICAÇÃO

Lula usa comunicação pública para promoção com caráter eleitoral

O uso recorrente da comunicação pública pelo presidente para anunciar benefícios sociais pode configurar abuso de poder político e campanha antecipada, violando a legislação eleitoral.

Análise

- O uso da comunicação pública deve estar estritamente vinculado à transparência, à educação e à prestação de contas à sociedade, sem que haja desvio para fins eleitorais. No entanto, [o recente pronunciamento do presidente Lula em rede nacional, anunciando novos benefícios sociais e a ampliação de programas governamentais.](#)



- Embora medidas sociais sejam legítimas, sua implementação em um contexto de forte campanha midiática levanta suspeitas sobre a real motivação do governo. A vinculação direta do presidente a esses anúncios, bem como a promessa de novos benefícios, demonstra um uso estratégico da comunicação governamental para consolidar sua imagem perante o eleitorado.
- A iniciativa coincide com a queda da popularidade do presidente, que passa a adotar "**modo campanha eleitoral**" para tentar reverter a situação, intensificando viagens pelo Brasil e utilizando seus pronunciamentos em tom eleitoral, como se fossem comícios patrocinados com recursos públicos.
- No entanto, a **Lei nº 9.504/1997, em seu artigo 73**, veda o uso da máquina pública para promover candidatos, especialmente em ano eleitoral, proibindo a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios custeados pelo poder público, salvo em casos excepcionais previstos em lei. Ainda que a medida não ocorra diretamente em período de campanha, a sua vinculação a uma estratégia comunicacional recorrente indica um desvio da finalidade da comunicação institucional.

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: [...]

II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram; [...]

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.

- A periodicidade anunciada desses pronunciamentos, com transmissões a cada 15 dias, sugere **uma tentativa de consolidar a imagem do presidente como o principal responsável por benefícios sociais, gerando um desequilíbrio na disputa eleitoral futura**. Cabe ressaltar que o TSE define que o abuso de poder político ocorre quando agentes públicos utilizam sua posição para beneficiar candidaturas com desvio de finalidade, sendo avaliadas as circunstâncias do caso, com base em

aspectos qualitativos e quantitativos (Acórdão de 17/10/2024 no AgR-AREspE n. 060072049, rel. Min. Isabel Gallotti).

“Eleições 2020. Prefeito. Vice-prefeito. [...]”

Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Abuso de poder político. Art. 22 da LC n. 64/1990. Verba pública. Encarte publicitário. Promoção pessoal. Desvio de finalidade. [...]

3. O Tribunal Superior Eleitoral entende que atos praticados no ano anterior ao da eleição podem configurar abuso de poder, o que atrai a competência desta Justiça. [...]

*4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o abuso de poder político configura-se quando a legitimidade das eleições é comprometida por **condutas de agentes públicos que, valendo-se de sua condição funcional, beneficiam candidaturas mediante desvio de finalidade. Requer-se, ainda, nos termos do art. 22, XVI, da LC n. 64/1990, a ‘gravidade das circunstâncias que o caracterizam’, a ser aferida a partir de aspectos qualitativos e quantitativos do caso concreto. [...].”***

Ac. de 17/10/2024 no AgR-AREspE n. 060072049, rel. Min. Isabel Gallotti.

- Ademais, o fato de tais anúncios serem organizados por um ministro que atuou como **marqueteiro de campanha do presidente em 2022** reforça a suspeita de que a comunicação pública está sendo instrumentalizada para fins eleitorais, em conflito com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)** (...)*

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

- Nesse contexto, a necessidade de investigação decorre da possível utilização indevida dos meios de comunicação oficiais para obtenção de vantagem eleitoral em 2026. A apuração deve verificar eventuais violações à legislação e à Constituição, assegurando que a comunicação pública mantenha sua finalidade ética e imparcial. Caso se confirme abuso de poder, a Justiça Eleitoral deverá aplicar as sanções cabíveis para preservar a equidade do processo democrático.



“O BRASIL AFUNDANDO E A CULPA NUNCA É DELES! Quem governa tem que assumir a responsabilidade, não dar desculpas! O Governo atual só aponta culpados, mas não resolve os problemas que cria. Quem paga o preço? O povo! Inflação, desemprego, insegurança, economia estagnada... Mas, segundo o governo, a culpa nunca é dele. Até quando? Todo dia uma narrativa nova para esconder a incompetência. O Brasil precisa de gestão, não de desculpas! Até quando vão enganar o povo? Chega de narrativas! Compartilhe essa verdade e ajude a abrir os olhos de mais brasileiros!”

Senador Marcos Pontes (PL/SP), [na plataforma X](#).

“Lula quer usar o dinheiro dos impostos para fazer um palanque antecipado na televisão. Não podemos deixar ele fazer isso impunemente. Vamos para cima!”

Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), [na plataforma X](#).





“Lula usa a TV pública para espalhar fake news e distorcer a realidade! Fala em país destruído, mas quem o afunda há mais de dois anos é o desgoverno do PT! Em razão disso, vamos à AGU, PGR e ao TCU exigir investigação por fake news, propaganda eleitoral antecipada e dano ao patrimônio público!”

Senador Rogério Marinho (PL/RN), [na plataforma X.](#)

“A estratégia é de Sidônio, um dos publicitários mais influentes do país, que agora ocupa uma cadeira no Planalto e já começa a fazer suas contas para 2026. Eu aviso ou você avisa? O problema do governo não é comunicação, é a falta de resultados para a sociedade.”

Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), [na plataforma X.](#)



“Quando o chefe do governo é o marketeiro, a única coisa que faz o presidente mudar discurso é a pesquisa eleitoral. Isso na área de segurança pública é brincar com a vida da pessoas. Mas o problema do governo não são (só) os discursos. O problema é a ação. Ou melhor, a falta de ação.”

Senador Ciro Nogueira (PP/PI), [na plataforma X.](#)

5

AGRO

Plano Safra em risco: Desorganização do governo penaliza produtor rural e ameaça safrinha

A suspensão das linhas de crédito do Plano Safra 2024/2025 expôs, mais uma vez, a falta de planejamento e coordenação do governo federal na condução da política agrícola. O setor agropecuário precisa de previsibilidade, mas foi surpreendido com uma decisão repentina, agravada pela falta de comunicação entre os ministérios. A liberação emergencial de R\$ 4 bilhões é insuficiente para resolver o problema e não garante a estabilidade do setor.



NÃO TEMOS ORÇAMENTO!



Crise anunciada: Erros na gestão e falta de planejamento

A **justificativa** do governo para a suspensão do crédito rural foi a necessidade de evitar uma pedalada fiscal, já que **a alta da Selic (13,25% ao ano) elevou os custos da equalização de juros**. No entanto, essa situação não surgiu do nada. A crise fiscal é resultado direto do descontrole nos gastos públicos, que pressionou a inflação e forçou o Banco Central a adotar juros mais altos. **O governo sabia que a Selic impactaria a equalização dos juros do Plano Safra e, mesmo assim, não previu recursos suficientes para garantir a continuidade das contratações.**



Conforme **documento** emitido pela FPA, o argumento de que o orçamento de 2025 ainda não foi aprovado pelo Congresso também não se sustenta. O governo tem direito a utilizar 1/12 do orçamento anterior a cada mês, o que significa que havia recursos disponíveis para manter o crédito rural sem interrupções.

Além disso, a forma como a decisão foi tomada revela grave falta de coordenação dentro do próprio governo. Nem os Ministérios da Agricultura e do Planejamento foram informados previamente e descobriram a medida pela imprensa. Esse amadorismo gera insegurança para o setor agropecuário e prejudica a confiança dos produtores.

Impacto devastador no Agro

A paralisação das linhas de crédito atinge diretamente a produção agrícola e pode comprometer a oferta de alimentos no país. O impacto é ainda maior para culturas de segunda safra, como milho, trigo e sorgo, que necessitam de financiamento imediato. Sem acesso ao crédito subsidiado, muitos produtores terão que recorrer a empréstimos com juros de mercado, elevando seus custos e reduzindo sua competitividade.

Os investimentos em modernização e infraestrutura também são prejudicados. A compra de máquinas, a construção de silos e a implementação de sistemas de irrigação são adiadas, o que pode reduzir a produtividade do setor nos próximos anos.

Além disso, o problema não se limita à safra atual. Como os recursos extraordinários liberados pelo governo são insuficientes para cobrir todas as necessidades, a safra 2025/2026 já começa sob risco de sofrer com novas incertezas. O mercado [estima](#) que a Selic pode chegar a 15% ao ano, o que tornaria o custo da equalização de juros ainda maior, aprofundando a crise.

A agricultura não espera

Diferente de outras atividades empresariais, **a produção agrícola segue um calendário rígido e inegociável, determinado por fatores climáticos e regionais.** O agricultor não escolhe quando plantar; ele precisa respeitar janelas específicas para preparo do solo, plantio, tratamentos culturais e colheita, sob pena de comprometer sua produtividade. Atrasos na liberação de crédito rural, geram impactos severos, pois o produtor não pode simplesmente adiar sua produção para quando houver recursos disponíveis. Se o financiamento não chega a tempo, a terra pode ficar improdutiva e os custos aumentam.



Respostas insuficientes do governo

Diante da forte reação do setor agropecuário e da pressão política, o governo liberou R\$ 4,17 bilhões por meio da [MP 1.289/2025](#). No entanto, esse **valor representa apenas 0,8%** dos R\$ 476 bilhões anunciados para o Plano Safra 2024/2025. Além disso, a medida não resolve o problema da suspensão das contratações e ainda está sujeita às restrições do arcabouço fiscal.

Enquanto isso, o setor agropecuário segue sem previsibilidade. Para equalizar os juros do crédito rural em 2025, **seriam necessários pelo menos R\$ 22 bilhões**, quase cinco vezes mais do que o governo liberou até agora.

O impacto no setor é evidente: De acordo com o [comunicado técnico](#) da CNA, a redução do volume de recursos disponíveis no primeiro semestre do Plano Safra 2024/2025 foi de 20% em relação ao ano anterior, afetando principalmente as linhas de custeio, comercialização e industrialização.

Figura 1. Desempenho do Plano Agrícola e Pecuário 2024/2025 x 2023/2024. Julho a dezembro de cada plano. Valores em bilhões.

Programa	2023/2024 (1ºSemestre)	2024/2025 (1ºSemestre)	Variação
Custeio	144,36	124,01	-14%
Investimento	63,63	52,28	-18%
Comercialização	30,2	18,54	-38%
Industrialização	22,81	12,71	-44%
Total	261,00	207,54	-20%

Fonte: [Comunicado Técnico nº 5/2025, CNA](#).

Conclusão

A desorganização do governo na gestão do Plano Safra compromete a previsibilidade e a competitividade do agronegócio brasileiro. O setor não pode ser penalizado por erros na condução da política econômica e pelo descontrole fiscal.

O agronegócio é o motor da economia brasileira e não pode ser tratado com descaso. A oposição deve se posicionar firmemente contra essa política de improviso que ameaça a produção rural e coloca em risco a segurança alimentar do país.

Contexto

Famílias de baixa renda já comprometem 22% de sua renda com alimentação

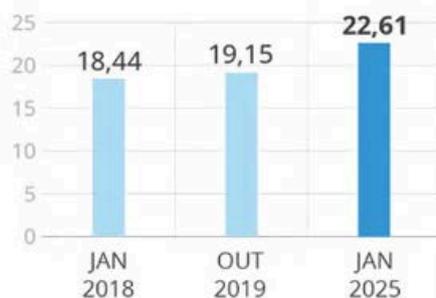
Em um [cenário](#) onde a inflação dos alimentos já pressiona os orçamentos familiares, especialmente das famílias de baixa renda que destinam 22,61% de seus ganhos à alimentação, o governo federal toma a controversa decisão de suspender as linhas de crédito subsidiadas do Plano Safra. Essa medida, ao comprometer o financiamento agrícola, agride a estabilidade dos preços dos alimentos. Ao restringir o acesso ao crédito rural, o governo não apenas dificulta a vida dos produtores, mas também potencializa o aumento dos preços dos alimentos, penalizando ainda mais a população, especialmente os mais vulneráveis.

O peso nas contas da casa

Quanto os alimentos consomem do orçamento das famílias

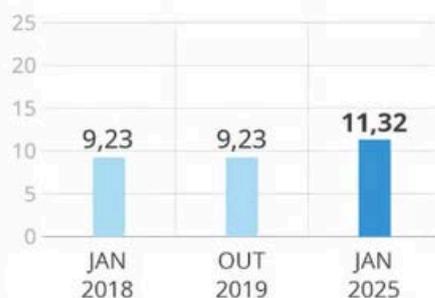
ENTRE AS QUE GANHAM ENTRE 1 E 1,5 SALÁRIO MÍNIMO*

(em %)



ENTRE AS QUE GANHAM MAIS DE 30 SALÁRIOS MÍNIMOS*

(em %)



Fonte: [O Globo](#).

Crise de liderança no ministério da agricultura

O atual Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, tem demonstrado uma postura que agrava a já delicada relação com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Ao **acusar** a FPA de **atuar contra o governo Lula**, Fávaro evidencia sua incapacidade de dialogar com os representantes legítimos do setor agropecuário.

Essa atitude levou o presidente da FPA, Pedro Lupion, a **afirmar** que **não há diálogo com o ministro**, obrigando a bancada a negociar diretamente com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A falta de articulação política e a postura confrontadora de Fávaro não apenas isolam o Ministério da Agricultura, mas também prejudicam a construção de políticas públicas eficazes para o agronegócio brasileiro.



6 SAÚDE

TCU alerta sobre risco de vazamento de dados no Ministério da Saúde

Com mais de 50 milhões de downloads e cerca de R\$464 milhões investidos na estruturação de serviços, na capacitação de profissionais e na aquisição de soluções tecnológicas, o Programa SUS Digital que conta com dados sensíveis de vacinação, histórico médico, tratamentos e medicamentos ministrados estão suscetíveis a vazamentos e furtos de dados na Rede Nacional de Dados em Saúde – RNDS.

- A RNDS se propõe como uma plataforma nacional de interoperabilidade de serviços, informações e conectividade de dados em saúde. Na qual os dados são acessados pelos cidadãos, pelos médicos, dentistas e enfermeiros durante o atendimento e, futuramente, pelos gestores do SUS, para formulação, implementação e avaliação de políticas de saúde.



Vazamento de senha do Ministério da Saúde expõe dados de 16 milhões de pacientes de covid

- Segundo a fiscalização do TCU, em seu relatório de acompanhamento TC 016.459/2021-0, o programa SUS Digital, comandado por Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital, enfrenta situações que podem impactar na qualidade do cuidado com a saúde da população e deixar dados sensíveis sobre a saúde dos brasileiros suscetíveis a vazamentos e furtos de dados da Rede Nacional de Dados em Saúde – RNDS.
- O aplicativo ‘Meu SUS Digital’, apresentado pelo Ministério da Saúde como ferramenta capaz de facilitar o acesso às informações em saúde e promover a continuidade do cuidado, a transparência e a segurança dos dados dos usuários do SUS, é uma das plataformas dentro do Programa SUS Digital que está sob acompanhamento do TCU.
- No relatório de acompanhamento, [Acórdão 309/2025- Plenário](#), o TCU analisou o funcionamento das estruturas de governança e gestão da TIC no ministério da saúde. Identificando a inoperância do comitê interno de governança; a inexistência de plano estratégico institucional 2024-2027; e a ausência de treinamento em segurança da informação.
- Veja, o Plano Estratégico Institucional 2024-2027 ainda está em desenvolvimento, segundo informou o ministério ao TCU. Além disso, pelas informações apresentadas pela Secretaria-Executiva do MS em resposta a ofício do TCU de agosto de 2024, o órgão de controle concluiu que **“não restou evidenciada a adoção de medidas concretas, por parte do Ministério da Saúde, a fim de contribuir para o avanço na adoção de medidas voltadas ao funcionamento do CIG e, portanto, para o amadurecimento e a melhoria de seus processos internos de governança”**.
- Mesmo diante de todo o risco e vulnerabilidade das informações de saúde apontadas pelo TCU, o Ministério da Saúde através de sua secretária da Informação e Saúde Digital tentou apresentar aos países do BRICS a experiência nacional de criação de um setor especializado na digitalização da saúde e seus resultados. Mirando futuro desenvolvimento de soluções conjuntas para garantir a qualidade e a interoperabilidade das bases de dados, segundo reportagem da [Agência gov](#).

- O **governo Lula tenta vender a ideia da saúde digital como inovadora. Porém, se esqueceu que o SUS conta com uma estrutura voltada para área da TIC - tecnologia da informação e comunicação desde 1991, quando da criação do Departamento de Informática do SUS – DATASUS.** Não foi com a criação da SEIDIG em 2023 que moldou os avanços e caminhos traçados no campo da saúde digital.
- O campo da telemedicina, por exemplo, os avanços no SUS não são pela criação da SEIDIG, mas por medidas adotadas no **Ministério da Saúde desde 2019, quando a gestão aprovou projetos no âmbito do Proadi-SUS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS, voltados à telessaúde.** Segundo relatório dos hospitais de excelência que integram o programa:

Entre 2019 a setembro de 2022, os projetos “viabilizaram quase 2 milhões de atendimentos. Foram 986 mil telediagnósticos, 203 mil teleinterconsultas (modalidade quando há troca de informações e opiniões entre médicos, com ou sem a presença do paciente para auxílio diagnóstico ou terapêutico, clínico ou cirúrgico) e teleconsultorias (consultoria entre médicos, gestores e outros profissionais, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre procedimentos administrativos e ações de saúde); e 47 mil teleconsultas (consulta médica não presencial entre médico e paciente)”.

- Além disso, falar em estratégias e soluções que garantam qualidade e interoperabilidade de base de dados sanitárias, sem ao menos tratar a questão com a responsabilidade que o tema requer, demonstra total falta de compromisso do governo com a população brasileira. **O relatório do TCU é enfático ao afirmar que o governo Lula descontinuou a atuação do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação – Cetic, fundamental no gerenciamento de riscos.**
- Informações de saúde são de valia imensurável. Não só para quem as detém, mas também para aqueles que têm suas informações expostas. Um trabalhador que tivesse problemas de saúde divulgados teria dificuldades para conseguir um novo emprego. Planos de saúde poderiam desenhar produtos para atender apenas aqueles com melhor saúde, deixando os demais desassistidos. Esse governo jamais seria capaz de compensar o vazamento de tal tipo de informação.